



**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
30 DE JULHO DE 2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos trinta dias do mês de Julho de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Extraordinária no Auditório da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo Sr. Presidente Fernando Louro, que foi Secretariado pela 2.ª Secretária Fernanda Gernel.-----

Verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU).-----
2. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----
3. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----
4. Manuel da Silva Carapinha (CDU).-----
5. Armindo Pinto Batata (MUDA).-----
6. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS).-----
7. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----
8. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS).-----
9. Ana Rita Marques (PS).-----
10. Cidália Maria da Silva Maia Sal (PS).-----

Tendo pedido substituição;-----

Ana Margarida V. Rosa do Céu (PS);-----

Maria Graciete Brito (PS);-----

Carlos Marques (PS),-----

Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS),-----

Pedro Miguel Gomes dos Santos Sereno Sanfona da Bancada do PS.-----

Liliana dos Santos Carapinha da Bancada da CDU.-----

Tendo falta os senhores Deputados por não justificarem a ausência.-----

Pedro Gonçalo Neves (PS)-----

António Correia da Rama (PS).-----

Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----
2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----



3. Vereador António da Conceição Moreira.-----

4. Vereadora Alzira Maria Nunes Agostinho.-----

Tendo pedido substituição a Senhora Vereadora Sónia Sanfona.-----

A Assembleia foi aberta pelo Senhor Presidente da Mesa, Fernando Rodrigues Louro, eram vinte e uma horas, que deu início à Sessão.-----

O Senhor Presidente da Mesa informou que a 1.ª Secretária tinha pedido substituição, e convidou o deputado João Osório para ocupar o lugar de 2.º Secretário. O deputado Armindo Batata, fez uma interpelação à Mesa, evocando o regimento no seu ponto n.º 4, onde afirma que o lugar a ser ocupado tem que ser por votação, não tendo nada a opor ao nome proposto mas sim ao princípio. O Sr. Presidente da Mesa diz que nunca assim se fez e que o regimento não prevê a votação para quando falta apenas um elemento da mesa, mas coloca à consideração do plenário, não havendo nada opor, os trabalhos continuaram e o deputado Armindo Batata informou que iria participar na Assembleia sob protesto. -----

A mesa ficou composta com o Sr. Presidente Fernando Louro, a 1ª secretaria Fernanda Garnel e 2.º Secretário Sr. João Osório, depois do Sr. Presidente ter posto à consideração da Assembleia.-----

A Assembleia retomou os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, Fernando Rodrigues Louro, deu reinício à Sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 - Proposta – Isenção de taxas de transporte de utentes para a realização do teste a COVID 19;-----

Ponto 2 - Proposta – Apreciação e votação do Plano de Investimentos para o ano de 2020.-----

Ponto 3 - Proposta – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019.-----

Ponto 4 - Proposta – Modificação Orçamental - Revisão n.º 3.-----

PRIMEIRO PERÍODO DO PÚBLICO-----

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 1 - Proposta – Isenção de taxas de transporte de utentes para a realização do teste a COVID19;-----



Para Deliberação:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que apresentou o ponto dizendo que se trata da proposta para aprovação da isenção de taxas de transporte para as pessoas que foram indicadas pela autoridade de saúde e que tiveram necessidade de transporte de ambulância para ir realizar os testes de COVID 19.-----

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade, com 14 votos a favor, 8 da Bancada da CDU, 5 da Bancada do PS e 1 da Bancada do MUDA - PPD/PSD – CDS/PP – MPT.-----

Ponto 2 - Proposta – Apreciação e votação do Plano de Investimentos para o ano de 2020.-----

Para Deliberação:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que irá dar a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para apresentar o ponto, contudo fez algumas breves considerações, dando conta que o Município de Alpiarça tem um conjunto de situações prementes para a população, como as obras de construção dos novos balneários e substituição do relvado sintético do Estádio Municipal, que já se encontra no seu limite de vida útil, bem como um conjunto de outras intervenções da rede viária municipal no interior da Vila de Alpiarça, e um conjunto de arruamentos no Frade de Cima e duas estradas do concelho, que é a estrada da Lagoalva e também a estrada dos Gagos até ao limite do concelho de Almeirim.-----

Passou a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, que saudou a Assembleia, iniciou a sua intervenção dizendo que este plano de investimento vem devidamente enquadrado onde é referido também toda evolução da situação do Município de Alpiarça que tendo encerrado exercício de 2019 com uma dívida de cerca de seis milhões de Euros, cerca de sete milhões Euros abaixo daquilo que tínhamos iniciado no ano de 2009. Mais disse que ao longo destes anos tem havido uma degradação de equipamentos desportivos e de algumas estradas municipais em que não tem sido possível, por falta de disponibilidade orçamental, a manutenção destas mesmas infraestruturas. Afirmou que desde 2018 Alpiarça saiu do excesso de endividamento. Tem no final de 2019 um rácio de 1,08 vezes de receita corrente dos últimos 3 anos em que o limite é 1,50. Referiu que o cálculo para margem da média de dívida que a lei atualmente determina para que os



Municípios possam recorrer a empréstimos para endividamento na ordem de 20% da margem quando estão abaixo do excesso de endividamento, onde também para essa margem é tido em conta os empréstimos que estão excepcionados, significa com o cálculo dessa mesma margem da um valor de 782.283,19 Euros à data de 30 de Junho. Foi dizendo que o Município estava no final 2019, 3,2milhões de euros abaixo do excesso de endividamento e que todos estes investimentos só são possíveis recorrendo ao financiamento bancário que participe a 100% do valor dos investimentos previstos, neste caso o valor apurado de investimento é de 677.232,89 Euros.-----

Quanto ao enquadramento dos investimentos, estão todos enquadrados como foi já referido pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

Acabou dizendo que estamos aqui a analisar um conjunto de investimentos necessários e imprescindíveis numa altura em que o município criou condições para tal, e que se propõem nos termos legais que se aprove a autorização dos investimentos no valor de 677.232,89Euros.-----

Quem se quer inscrever para este ponto, pergunta o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. deputado Celestino Brasileiro.-----

Interveio o Sr. deputado Celestino Brasileiro que saudou com satisfação em primeiro lugar o regresso do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com o desejo de muita saúde e de valorização da forma exemplar como tem exercido o cargo.-----

Em relação ao ponto em apreciação disse: Que a proposta é bastante clara como clara foi a intervenção do Sr. Vereador João Pedro Arraiolos. Julga que este é o resultado também do Plano de Saneamento Financeiro, que aqui já foi falado na última Assembleia e que foi esse plano de Saneamento Financeiro, que permitiu que agora a Autarquia possa estar em termos financeiros bem melhor do que estava há uns anos atrás e que estamos em condições neste momento de se poder fazer uma candidatura a um empréstimo para realizar um conjunto de obras necessárias, que doutra forma não poderiam ser feitas. Disse que não há condições para que a Autarquia possa fazer com o seu orçamento algumas obras necessárias para o concelho, para a população e que muitas delas têm inclusive vindo a ser faladas aqui ao longo de várias Assembleias pelas Bancadas, inclusive da CDU, com a preocupação sobre alguns arruamentos como é o caso da estrada da Lagoalva e da Estrada da Gouxá, arruamentos todos que sabemos estão numa situação que não é a melhor e que vamos agora ter condições para efetuar essas obras.-----

E portanto julgo que o município não podia recorrer a empréstimos, mas apesar de tudo neste



percurso todo foi sempre possível fazer algumas obras que foram financiadas, a Câmara Municipal também teve que pagar a sua parte e foi paga, que as obras que foram feitas nestes últimos 10 anos estão integralmente pagas, e é de todo justo esta proposta que temos aqui perante nós, como forma de resolver efetivamente um conjunto de problemas que se têm vindo a agravar e que não se podiam resolver antes, chegando agora o momento de se poderem fazer estes investimentos tão necessários para o nosso concelho e para a nossa população. Mostrar por parte da CDU a nossa satisfação por este facto, também pelo facto de fazer este empréstimo não vai agravar a situação financeira da Câmara, portanto há todas as condições para que se possa fazer.-----

Interveio o Sr. Deputado Rosa do Céu, que manifestou ao Sr. Presidente da Assembleia a satisfação do seu regresso e o desejo para que a saúde o continue a acompanhar e que nunca lhe falte. -----

Relativamente a este ponto, disse que os empréstimos estão disponíveis ao serviço das organizações, como tal eles devem ser assumidos.-----

Reiniciou a intervenção dizendo que este empréstimo é assumido por uma opção do Executivo Municipal, sendo assim que deve ser, são opções assumidas num determinado momento por quem detém o poder, mais disse que é evidente que gostaria de ver aqui contempladas algumas outras situações, nomeadamente, e pensa que é no futuro se vai colocar a todos nós enquanto saída e após pandemia, que é a criação de emprego mas não só a manutenção o mais possível dos empregos que não se perderam mas também a criação de novos empregos e portanto há aqui um fator determinante, que é o crescimento na vertente da criação da riqueza, que isso será incontornável e passara pelo crescimento da Zona Industrial, na sua mitigação em termos de ampliação criando condições para fixação de empresas para as condições estabelecidas já hoje. Disse que veria com bons olhos se este investimento estivesse aqui contemplado.-----

Foi dizendo que relativamente à matéria que foi transmitida, dizer que gostaria que fosse mais explicada, por exemplo relativamente ao terreno junto à Igreja, é um terreno, são parcelas, há aqui um défice de informação, depois também relativamente aos arruamentos era bom para todos nós, se pelo menos tivesse as área de incidência destas operações de asfalto, que não discute mas pelo contrario que valoriza.-----

Terminou dizendo, que esta proposta é uma proposta que veria com bons olhos se este investimento estivesse aqui numa outra direção e deu o exemplo da Zona Industrial, que lhe parecesse incontornável. Em relação as questões legais acha que deveria ser mais complementada



como também às questões da falta de indicação de áreas, e terminou.-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou de que não havia mais inscrições e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara.-----

Que iniciou a sua intervenção por dizer, relativamente à opção de fundo para este plano de investimentos, e depois claro ao seu próprio financiamento que está diretamente associado, após aprovação que espero que venha a ocorrer nesta Assembleia, será posto em marcha todo o procedimento para a contratação de um empréstimo neste valor que possa corresponder a esta necessidade e a esta proposta concreta. Foi dizendo que no caso da Zona Industrial, está perfeitamente em sintonia com o que foi dito, é de facto uma aposta que terá que ser retomada a curto prazo pelo Município, mas neste momento e durante este Quadro Comunitário não houve enquadramento em termos regulamentares para candidaturas para as Zonas Industriais, a não ser pequenas migrações entre as Zonas Industriais e eixos rodoviário, que não é o nosso caso, por não haver ainda a conclusão da ligação do troço da IC3 entre Almeirim e a Barquinha. Não havendo esse investimento, e também não havia e não há ainda investimentos previstos em candidaturas no âmbito das acessibilidades e redes viárias, porque na discussão do quadro comunitária o governo português procurou incluir a rede viária e tal não foi aceite pela União Europeia na discussão do programa do Portugal 2020, até pelos vistos há a convicção que temos excelentes estradas, mas de facto o que temos são milhares e milhares de KM de rede viária, quer nacionais quer municipais, a precisar de intervenções, de recuperação, manutenção e substituição e nós aqui, também temos algumas dessas necessidades de reparação das vias. Foi dizendo, que não prevê que o próximo quadro comunitário vá incidir na rede viária. Relativamente às Zonas Industriais, Zonas de Atividades Económicas, Atividades Empresariais, etc., tal já não tem a mesma perceção, pelo contrário, como dizia o próprio governo no anúncio que tem feito ao realizar este novo programa de financiamento com fundos estruturais, a criação de empregos a dinamização da nossa economia na área Industrial, está em crer que rapidamente vão surgir avisos e aberturas de candidaturas no âmbito do novo programa de investimentos que irá ser concretizado nesta área e fará todo o sentido que nós Município de Alpiarça, preparemos os processos para fazer face a eventuais candidaturas a financiamento que surjam nesta áreas. Aí é claro colocar a Zona Industrial de Alpiarça nessa lógica de ampliação, aquisição de terrenos (que é inevitável), e a infraestruturização que terá que ser realizada e nós estaremos atentos e vamos trabalhar nesse



sentido. Pensa que esse será o passo seguinte a dar em termos de grandes opções de investimentos, o passo seguinte terá que ser dado nos próximos meses assim que for possível contar com fontes de financiamento.-----

Mais disse que relativamente a este empréstimo, investimento que está subjacente, julga que é fundamental, e que tem sido aqui constantemente abordado o assunto da rede viária, Estrada da Lagoalva, Estrada dos Gagos e as estradas que estão por concluir. Foi dizendo também a questão premente e urgente em termos de resolução que tem a ver com as condições para a prática desportiva no nosso Estádio Municipal, para além da importância local, das crianças e dos jovens é o local onde se deslocam mais pessoas de fora do concelho quando acompanham as equipas desportivas. Objetivamente que é o caminho que temos de tomar e claro que contamos com a colaboração de todas as forças políticas, relativamente a este plano e a esta opção que fazemos claramente nas infraestruturas do concelho com a melhoria de condições para a nossa população. Para terminar disse, temos aqui uma questão objetiva e política, neste caso no plano puramente político e tem a ver com a necessidade da aprovação em Assembleia Municipal dum futuro empréstimo que exige também a votação favorável por parte das forças políticas em oposição Partido Socialista e Partido Social Democrata, é também nesse sentido que apelo à melhor consciência de todos no sentido de podermos concretizar este conjunto de investimentos a bem de melhorar as condições para a população do concelho.-----

Acrescentou, em relação ao terreno, é aquele lote urbano que confina com o muro da Igreja, onde está neste momento uma café e uma venda de pão e é da Família Gonçalves.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 8 da CDU e 1 do PS, 4 abstenções do PS e 1 voto contra do MUDA PPD/PSD – CDS/PP - MPT.-----

O deputado Armindo Batata, em nome da bancada do MUDA PPD/PSD – CDS/PP - MPT, fez a seguinte declaração de voto: *“Claro que são obras necessárias, mas quanto a nós, mantém-se um vazio das medidas estratégicas de desenvolvimento que tornem Alpiarça atrativa para viver e para trabalhar, por isso votamos contra”*.-----

O deputado Celestino Brasileiro em nome da bancada da CDU, fez a seguinte declaração de voto:---
“Eu votei favoravelmente esta proposta em conjunto com a Bancada da CDU, porque me parece que estes investimentos são investimentos necessários para a nossa população. Certamente que há



outras, que haverá outros investimentos que são necessários e foi aqui referido o caso da Zona Industrial, mas aceito perfeitamente a explicação do Sr. Presidente da Câmara, em relação a essa matéria, pelo facto de sabermos que a curto prazo não haverá possibilidade de financiamento para os arruamentos e para algumas obras que aqui neste momento são propostas e em contrapartida certamente que nos próximos tempos haverá possibilidade de financiamento para investirmos, para outro tipo de obras como a Zona Industrial, que necessita de melhorar as suas infraestruturas, por isso mesmo votei favoravelmente”.-----

O deputado Abel Pedro, em nome da bancada do PS, fez a seguinte declaração de voto:-----
“É óbvio que o Partido Socialista não tinha nada contra os investimentos. Achamos que Alpiarça precisa de investimentos sustentados. A opção das obras que é feita não é de todo a opção do Partido Socialista, portanto abstivemo-nos mas tendo em atenção que obviamente que somos a favor dos investimentos “.-----

Ponto 3 - Proposta – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019.-----

Para Deliberação:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que irá passar a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para fazer a apresentação da Prestação de Contas Consolidadas para o ano de 2019.-----

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos iniciou a sua intervenção dizendo que esta prestação de contas consolidadas é uma determinação da lei 73/2013, Regime Financeiro das Autarquias Locais, onde os Municípios, as entidades Intermunicipais e entidades Associadas apresentam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. A consolidação de contas é uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se tratasse de uma única entidade, e neste caso em relação ao município e às participadas, estas tem um sistema contabilístico distinto, respetivamente o POCAL para o caso dos Município e do sistema de normalização contabilística para as entidades participadas, tornando-se necessário proceder previamente a um conjunto de reclassificações nessas mesmas participadas, de forma a tornar compatível estes mesmos documentos.-----

Compete à Câmara Municipal elaborar este mesmo documento e submetê-lo a apreciação da



Assembleia Municipal. De referir que como a legislação publicada relacionada com a pandemia prevê que a prestação de contas consolidada relativa ao ano de 2019 seja elaborada e aprovada pelo órgão executivo, de modo a ser submetida à apreciação do órgão deliberativo até ao mês de Julho de 2020, quando a lei 73/2013, previa que teria de ser até 30 de Junho devido à pandemia, a possibilidade de se submetida ao órgão deliberativo neste mesmo Mês.-----

O grupo a consolidar são duas entidades, neste caso a Agroalpiarça e as Águas do Ribatejo. A Agroalpiarça em que o município tem uma posição dominante é integrada no método da consolidação integral, as contas são totalmente cruzadas. No caso das Águas do Ribatejo, como é uma entidade detida e como o município não tem uma posição dominante e detém o capital social, que é o que a lei determina entre os 5 e 10%, é consolidada por equivalência patrimonial, portanto esta consolidação de contas trata-se essencialmente da anulação dos elementos cruzados entre as entidades e tem uma influencia neste caso diminuta, em relação às contas do Município de Alpiarça, porque as contas do Município de Alpiarça resultam num resultado negativo de cerca de 133 mil euros, e as contas consolidadas tem um resultado negativo de 114.982,00€, portanto tem um impacto inferior a 19.000,00€, num resultado final das contas consolidadas em relação às contas únicas do Município de Alpiarça que, de certa forma, estão demonstrados em todos os quadros dos movimentos que foram feitos nesta mesma consolidação, disse.-----

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou quem se quer inscrever para este Ponto, pedindo a palavra o deputado Rosa do Céu.-----

O Sr deputado Rosa do Céu iniciou a sua intervenção dizendo, relativamente à matéria que está aqui em apreciação não vou explicar sobre ela, mas vou dizer qualquer coisa em relação aos documentos da Assembleia Municipal situação muito interpretativa, na pagina 5, que pode ser objeto de uma explicação mais detalhada e descritiva por parte do sr. Vereador, onde se acresce como se elimina, deveria ser uma apresentação pura e devia ser mais explícita e depois porque o limite e só este é uma apresentação de contas, não há muito mais nada, disse.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pergunta se mais ninguém se quer inscrever. Não havendo deu de novo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

O Presidente da Câmara pergunta ao Sr. Vereador se tem mais alguma consideração a fazer às questões que foram colocadas. -----

O sr. Vereador disse que não tinha mais nada a acrescentar, essencialmente às questões que foram



colocadas tentou responder e que está mais ao menos por dentro de todos os movimentos que aqui foram feitos. O que está movimentado essencialmente é o que está como ativo de uma e do passivo de outra se cruzados esses mesmos elementos, não sabe o que é que aqui poderá haver de dúvida mas procura responder a qualquer questão, não tem mais nada a acrescentar.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor da Bancada da CDU, 6 abstenções, 5 do PS e 1 do MUDA PPD/PSD- CDS/PP-MPT.-----

O deputado Armindo Batata, em nome da bancada do MUDA, fez a seguinte declaração de voto:---

“Mais uma vez, tal como no Plano anterior, ou mesmo anteriores, o ROC certifica as contas com a mesma reserva; das duas uma, ou a reserva apontada pelo ROC não se justifica e a Câmara deveria ter esclarecido o ROC, ou a Câmara Municipal de Alpiarça, detentora da quase totalidade do capital da Agroalpiarça, acha que não tem que mostrar o que segundo o Revisor Oficial de Contas deveria ser mostrado. Por isso a nossa abstenção.”-----

Ponto 4 - Proposta – Modificação Orçamental - Revisão n.º 3.-----

Para Deliberação:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que irá dar a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos para apresentar o ponto.-----

O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos, iniciou a sua intervenção dizendo, gostaria de acrescentar que em relação ao ponto anterior e à declaração de voto, que lamenta que não tenham sido colocadas questões durante a discussão do ponto. E disse que a reserva expressa no relatório do ROC refere, é que não apresentam Demonstrações Financeiras Auditadas e não diz que tem que apresentar. São coisas diferentes, o ROC não disse nada que tenha a ver com transparência, só disse que não apresentou as contas auditadas, porque também não é obrigatório, até porque a conclusão é clara em relação a todas as contas que são apresentadas.-----

O Sr. Presidente da Câmara, interrompe e inicia uma intervenção dizendo, ao Sr. Vereador “o que acho o que está aqui hoje em causa é uma coisa, como é que se explica que se é a favor de alcatroar a estrada da Lagoalva a estrada dos Gagos, os balneários do Estádio Municipal, outras estradas alcatroadas e não se vota a favor, essa é que é a grande questão. Eu acho, que o que se passou e a posição que as pessoas que não votaram a favor desta proposta tiveram aqui hoje é que



é altamente gravosa para o concelho e é inexplicável.-----

O deputado Abel Pedro, interpela a Mesa, o Sr. Presidente da Mesa diz que estamos a discutir o ponto n.º 4 e não o ponto n.º2.-----

O deputado Rosa do Céu, interrompe e diz que é a opinião do Sr. Presidente da Câmara, e que respeite a opinião dos outros,-----

O Sr. Presidente da Câmara diz, peço desculpa Senhor Presidente da Mesa mas tenho que fazer aqui um ponto de ordem, é que eu acho que esta discussão está completamente enviesada, porque as questões não são discutidas no momento próprio, vocês não colocaram as questões que justificasse a posição que tomaram e no sentido de voto que tiveram, não colocaram questões ou dúvidas, inclusivamente agora na votação o Sr. deputado não colocou nenhuma questão, não deu oportunidade ao vereador de o esclarecer e o Senhor Vereador teve que o esclarecer no ponto seguinte.-----

O Sr. deputado Rosa do Céu, interveio pondo um ponto de ordem à mesa, dizendo, que estes comentários ultrapassam tudo o que é regras da democracia, e foi dizendo o Senhor Presidente da Câmara tem que aprender uma coisa, que é a interpretação da democracia e quanto a isso tem que saber que em Portugal vive-se com as regras da democracia.-----

O Sr. Presidente da Câmara disse, os senhores é que tem que aprender a respeitar a inteligência das pessoas.-----

O Sr. deputado Rosa do Céu abandonou os trabalhos dizendo que Sr. Presidente da Câmara é que desrespeitou a Assembleia não cumprindo a Ordem de Trabalhos, e saiu da Assembleia.-----

O Presidente da mesa informou para a ata, que assembleia ficou constituída com 13 deputados.----

Quanto ao ponto quatro quem quer intervir.-----

O Sr. Vereador informou que ainda não tinha iniciado a sua explicação.-----

Foi dada a palavra ao Vereador João Arraiolos para apresentar o ponto, que disse esta revisão numero três, vem na sequência do conjunto de despesas concretizadas pela Comunidade Intermunicipal no combate à pandemia COVID 19, e a distribuição da comparticipação financeira de cada Município, que coube ao Município de Alpiarça, 15.418,20 euros, em duas componentes: transferências correntes no valor de 3.377,26 euros e transferência de capital 12.040,84 euros, no caso em concreto das transferências de capital não existia a rubrica criada no nosso orçamento que não estando, é uma competência da Assembleia a criação de rubricas que não estão no orçamento,



dai que venha a esta mesma Assembleia a proposta no sentido de se aprovar a revisão do orçamento desta mesma rubrica de 12.040,84 euros, que compreende essencialmente a participação do Município de Alpiarça na aquisição de ventiladores que foi feito pela Comunidade Intermunicipal e que foram entregues 9 no Hospital Distrital de Santarém e 2 no Hospital de Vila Franca na área de abrangência do Município de Benavente e Azambuja, disse.-----

O sr. Presidente da mesa pergunta se havia mais intervenções o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra, que disse, Não quero intervir , mas queria pedir desculpa por esta pequena alteração, penso que não insultei ninguém e não faltei ao respeito a ninguém, simplesmente as regras da discussão são completamente enviesadas quando os assuntos não são tratados no momento certo, as questões não são colocadas, com a devida fundamentação quando devem ser. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade, com 13 votos a favor e uma 1 ausência da sala -----

O deputado Celestino Brasileiro, em nome da bancada da CDU, fez a seguinte declaração de voto:--

“Eu votei favoravelmente proposta apresentada por naturalmente concordar com ela, mas o que queria aqui registar é que votaram neste ponto 13 membros da Assembleia, faltam na sala 3 membros da Assembleia do Partido Socialista, falou-se aqui em respeito, nas ultimas sessões desta Assembleia é regularmente é normal faltarem membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal e falou-se aqui de respeito, eu queria registar aqui se é este o respeito que têm pelas pessoas que os elegeram. Tenho Dito”.-----

2.º PERÍODO DO PÚBLICO-----

Não houve intervenções.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte e duas horas e doze minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, João Pedro Antunes Osório, a exercer a função de 2.º Secretário da mesa a redigi e vou assinar com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----



O Presidente da Assembleia Municipal

Fernando Rodrigues Louro

O 2.º Secretário

João Pedro Antunes Osório